

PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL EM CONTEXTO URBANO: UM ESTUDO SOBRE O PATRIMÔNIO MATERIAL NA CIDADE DE TEFÉ/AM

Verônica Lima Fernando³³
Marília de Jesus da Silva e Sousa³⁴

Introdução

A questão patrimonial e urbana e suas relações vêm se tornando cada vez mais alvo de reflexões que têm levado em conta principalmente as percepções dos sujeitos sobre esses temas. Assim, identificar o patrimônio a partir dos referenciais das próprias comunidades tem sido uma proposta de pesquisa e ação, advinda da Arqueologia Pública³⁵ que vem revolucionando a pesquisa no campo do patrimônio cultural e inserindo as pessoas no processo de investigação. Os estudos sobre patrimônio têm passado a se realizar em diálogo com os moradores e pensando os contextos em que estes residem e em que estão inseridos os objetos culturais. Tais estudos, em boa parte guiada pela interdisciplinaridade, têm levado a um entendimento mais completo acerca da questão patrimonial, especialmente em contextos urbanos, onde há uma diversidade de símbolos e de interesses relacionados ao uso dos espaços e dos patrimônios culturais. Nesse sentido, tem-se refletido acerca da cidade em suas diversas dimensões e tais reflexões têm mostrado que a relação estabelecida nos espaços urbanos para com o patrimônio cultural carrega muito mais significados e interesses do que aparenta em um primeiro olhar.

Além de revelar as diversas nuances da questão patrimonial em contextos urbanos, o estudo da cidade é importante também para entender o próprio desenvolvimento da sociedade na atualidade, levando em consideração o intenso crescimento das áreas urbanas que abarca uma dinâmica de fatores que estão em diálogo ou em conflito, especialmente na Amazônia, onde as transformações socioespaciais são constantes e a produção do espaço passa “[...] pela cultura, pela memória, por gestos, ou seja, por ações concretas dos vários agentes sociais [...]” (OLIVEIRA, 2000, p. 15).

O espaço da cidade comporta uma dinâmica que envolve interesses variados, podendo ser econômicos, políticos, históricos, de moradia, lazer, entre outros aspectos, que produzem alterações constantes na paisagem urbana. Bastos e Souza (2011) afirmam que as demandas sociais que surgem no espaço das cidades, como inclusão, moradia, segurança e desenvolvimento econômico, carecem de políticas alternativas que modificam a paisagem urbana. No

33. Graduada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1369-561X>. Email: veronicalima.f@hotmail.com

34. Doutora em Antropologia e professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9408-0288>. Email: mariliasousa2006@gmail.com

35. A Arqueologia Pública pode ser entendida como uma forma de praticar a Arqueologia que vai além de intervenções realizadas para o público, são ações pensadas a partir das percepções dos indivíduos sobre a cultura material e realizadas com a participação direta ou indireta deles, ou seja, interage e dialoga com a sociedade.

jogo de interesses pelo uso do espaço, as antigas edificações, que são espaços de memória, estão sujeitas às forças atuantes na cidade e podem continuar existindo na paisagem, serem resignificadas ou até destruídas.

No interior do estado do Amazonas, os estudos sobre cidade e patrimônio têm ganhado força e se tornado cada vez mais necessários, pois muitas construções históricas têm sido alvo de negligências por parte do poder público, acarretando em sua desvalorização, deterioração e até completa destruição. A utilização dos objetos com vistas a atender demandas econômicas, tem transformado as construções em meros artigos de contemplação, sem levar em consideração os significados dos objetos para a população local. A cidade de Tefé, no médio rio Solimões, é um exemplo dessa dinâmica em relação ao patrimônio e sofre com a ausência de políticas públicas de preservação e valorização patrimonial.

No centro de Tefé, por exemplo, é possível encontrar várias edificações que, embora não tenham sido tombadas em nenhuma instância, são expressões do patrimônio cultural material da cidade, legando aos moradores conhecimento sobre o passado histórico da região. Contudo, tais edificações têm sido pouco valorizadas e se tornado objeto de uma perspectiva de turismo que não leva em consideração as relações estabelecidas entre pessoas e objetos.

As reflexões aqui apresentadas, acerca da questão patrimonial, são fruto de uma pesquisa desenvolvida na cidade de Tefé, cujo objetivo foi identificar o discurso dos sujeitos acerca do patrimônio material, isto é, o que é considerado patrimônio material em Tefé e os significados que estes possuem para os sujeitos. Tal estudo possibilitou, para além do mapeamento do patrimônio pela perspectiva dos moradores, refletir acerca da influência da dinâmica da cidade e dos diversos interesses existentes, na preservação patrimonial levando em conta o processo de modernização e a ausência de políticas públicas para a cidade e o patrimônio cultural.

Refletir sobre as relações entre a cidade e o patrimônio é um passo importante para se entender os diversos interesses sociais e conflitos envolvidos no uso do espaço urbano e dos bens culturais.

Cidade: palco de dinâmicas e conflitos sociais

O estudo da cidade é um tema que interessa a todos, de estudiosos da temática até planejadores, políticos, ativistas e, é claro, interessa aos próprios habitantes, que fazem do espaço da cidade o palco de numerosas relações. A cidade é o lugar onde está concentrada a maior parte da população e o local que recebe maiores investimentos financeiros, seja para as atividades nela desenvolvidas ou para o próprio

espaço urbano (CORREA, 1989). Ela é também o lugar que concentra a maior oferta de serviços, de vários tipos, e que comporta os mais variados fluxos e atividades humanas. Por essas características, a cidade é também o principal palco de diversos conflitos seja de ordem social, político ou cultural: “A cidade é um espaço geográfico representativo do comportamento cultural, da forma de ocupação do espaço urbano, dos sistemas de produção e palco dos conflitos sociais” (MAGALHÃES, 2013, p. 121).

Dessa forma, o sentido da cidade está para além de sua delimitação em um mapa; é a prática socioespacial que lhe dá forma e conteúdo. Isto é, o conjunto de relações que são estabelecidas é que produzem o espaço da cidade, relações estas que não são apenas de produção e circulação de mercadorias, mas também relações que envolvem a produção do homem em seu sentido mais amplo, ou seja, a realização da vida humana (CARLOS, 2007). Esta perspectiva de olhar sobre a cidade não enxerga separação entre o espaço e a sociedade, a produção do espaço está, nesse sentido, profundamente vinculada à sociedade, visto que as relações por ela estabelecidas é que produzem, reproduzem e transformam o espaço, dando-lhe sentido. A cidade é, assim, construção humana, produto histórico-social:

Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. (CARLOS, 2007, p. 20).

Nesse sentido, a cidade é composta pelo passado, visto que a produção do seu espaço abarca um processo histórico-social, mas também se compõe das novas possibilidades, permitindo inventar, criar, aderir ao novo, ainda que esse novo simule o já existente. “A produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática socioespacial, evidenciando a vida na cidade” (CARLOS, 2007, p. 20), isto é, não há separação entre o espaço e a sociedade porque o primeiro se produz a partir da reprodução das relações sociais, das práticas que se estabelecem no espaço da cidade.

Dessa forma, o espaço da cidade se apresenta como lugar de relações e palco de conflitos sociais que visam o direito à cidade e aos bens e serviços de que ela dispõe. Ela é um fenômeno multifacetado, composto de diversas dimensões e, em uma delas, se situa o patrimônio material, a história contada através de construções, monumentos e outras obras de natureza material que remetem à ancestralidade, memórias, vivências e experiências sociais.

No conjunto de relações que envolvem o uso do espaço e na dinamicidade de que é composta a cidade, o patrimônio cultural material figura uma das questões

em torno da qual circulam interesses e conflitos. Como portador de significados, permeado por valores históricos, culturais e sociais, ele é de interesse público e deve compor as preocupações em relação ao planejamento da cidade. Contudo, especialmente no contexto das cidades da Amazônia, os espaços urbanos têm se desenvolvido historicamente de forma desordenada, ou seja, sem um planejamento prévio, excetuadas algumas poucas cidades. Nesse sentido, o patrimônio cultural situado nesses espaços se torna sujeito às forças atuantes na cidade, e a falta de planejamento dos espaços urbanos afeta direta ou indiretamente a preservação dos objetos culturais que compõem o patrimônio das cidades.

O patrimônio cultural no contexto das cidades da América Latina: preservação e (re)significação

A trajetória do conceito de patrimônio, ainda que passe por pontos de mudança importantes, tem levado a uma concepção patrimonial muito restrita e, nesse sentido, a ações de preservação igualmente circunscritas. Na teoria, a imagem é uma, porém a prática se mostra de forma diferente. Muitas construções que, pelas leis, são passíveis de preservação, na prática sofrem o descaso do poder público e o conseqüente envelhecimento físico e social. A ausência de preservação é muitas vezes guiada pelo questionamento do valor simbólico e caráter de excepcionalidade das construções, que as elevaria à categoria **oficial** de patrimônio e também por interesses diversos que visam à utilização do espaço ocupado pelas antigas construções.

Essa concepção advém da ideia de patrimônio que estava inicialmente voltada para o que era considerado de grande beleza, arquitetura excepcional e ligado à nacionalidade. As duas guerras mundiais, impulsionadas pelos nacionalismos, contribuíram para o ápice do chamado patrimônio nacional, isto é, um patrimônio homogêneo que deveria representar uma nação. Nesses contextos, até vestígios mais distantes no tempo e espaço foram assimilados como parte da construção da identidade nacional; além disso, os objetos do passado foram utilizados também para reivindicação de territórios e invasões militares (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

O contexto pós-guerra possibilitou abordagens menos restritivas de cultura e conseqüentemente do que se considerar como patrimônio de um povo, ou seja, patrimônio cultural. O fim da Segunda Guerra e a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1945 trouxeram a superação do nacionalismo e abriram portas para novas abordagens de cultura, dando espaço para o reconhecimento e abrangência da diversidade patrimonial e, conseqüentemente, para que as ações de preservação atingissem outros grupos de objetos.

A adição de novas formas contribuiu para uma visão um pouco menos restritiva de patrimônio ao se reconhecer construções menores, edificadas sem a ajuda de arquitetos, ao contrário do que até então se compunha a maior parte dos bens patrimoniais. Além disso, a expansão do quadro cronológico permitiu o reconhecimento de edificações e artefatos construídos a partir do século XX, o que anteriormente se limitava ao século XIX (CHOAY, 2011; FUNARI; PELEGRINI, 2009), abrindo espaço para a expansão da noção de monumento histórico e difundindo as práticas de conservação e proteção para além da Europa, o que contribuiu para que países como os da América Latina começassem a pensar estratégias de proteção de seu patrimônio cultural.

O contexto pós-Segunda Guerra Mundial também possibilitou que entrassem em cena novos agentes sociais e a ideia de unidade nacional, com uma só cultura, língua e etc, foi perdendo força no âmbito das lutas sociais que se fortaleciam (FUNARI; PELEGRINI, 2009). Os novos agentes sociais que ganhavam espaço traziam consigo diversos interesses e buscavam, além de várias outras pautas, o reconhecimento da diversidade em vários âmbitos e, nesse sentido, geravam conflitos dentro dos países que se pretendiam homogêneos. As lutas promovidas por grupos como indígenas, negros e mulheres, mostravam como os modelos nacionalistas estavam em declínio e contribuíram para o reconhecimento não somente da diversidade de expressões, ideias, movimentos, manifestações, culturas, como também da diversidade patrimonial (HALL, 2014; FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Além das diversas lutas sociais, a interação entre diferentes nações, possibilitada pelo contexto de globalização, permitiu a dissolução de conceitos nacionalistas, trazendo outras possibilidades de patrimônio para além do nacional. A ênfase na diversidade possibilitou que uma variedade de patrimônios fosse reconhecida e fosse contemplada por leis de proteção. A ampliação do patrimônio trouxe uma maior participação das pessoas na gestão dos bens patrimoniais, que deixaram de ser preocupação somente do poder público e passaram a envolver uma maior parte da sociedade em prol da preservação patrimonial. Essas mudanças ultrapassaram o contexto europeu e embasaram ações de preservação e reconhecimento de bens culturais em todo o mundo.

No contexto da América Latina, o debate sobre a questão patrimonial tem se mostrado extremamente importante, dados os diferentes contextos históricos, econômicos e sociais das cidades latino-americanas. De certa forma, tem-se buscado o diálogo entre desenvolvimento econômico e social e preservação patrimonial tendo em vista a importância do patrimônio para a sociedade e as possibilidades de utilização do mesmo para fins econômicos.

A revitalização de bens culturais localizados em centros urbanos, por exemplo, tem se apresentado como um fator potencial para o desenvolvimento econômico e social, cujo maior exemplo está na utilização dos bens patrimoniais pelo setor turístico.

Na América Latina, os centros históricos são muito diversificados e não podem ser tratados como realidades homogêneas. As tentativas de recuperação desses centros trouxeram resultados diferenciados nas diversas realidades latino-americanas. Alguns centros históricos sofreram projetos de intervenção que não contemplaram políticas habitacionais e desenvolvimento sustentável e trouxeram resultados catastróficos para a população, principalmente para os que faziam uso das antigas construções e de seu entorno. Em outras realidades latinas, o projeto de reabilitação levou em consideração a sustentabilidade econômica local, com a tentativa de integração das populações locais nas ações desenvolvidas, o que trouxe bons resultados não só para a preservação do patrimônio, mas também para a melhoria da qualidade do ambiente urbano e inclusão social (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Assim, os debates sobre o desenvolvimento sustentável das cidades vêm aos poucos buscando a valorização do patrimônio cultural e a reabilitação dos centros históricos, de modo a fortalecer a identidade coletiva da população, preservar os bens culturais a eles pertencentes e contribuir para o desenvolvimento econômico e social da cidade. Contudo, no que diz respeito às políticas de preservação patrimonial em países latino-americanos, estas ainda são recentes e surgem quando alguns bens culturais da América Latina são reconhecidos pela Unesco como patrimônio da humanidade.

Tais políticas adquirem maior força a partir dos debates em torno do desenvolvimento urbano moderno, quando se passou a pensar o aumento da densidade populacional e o crescimento industrial entre os séculos XIX e XX, que legitimaram várias reformas urbanas e demolições de áreas históricas em prol do crescimento econômico (FUNARI; PELEGRINI, 2009). É nesse contexto, de destruição dos monumentos, que se levantou a preocupação com a conscientização acerca dos valores identitários das estruturas antigas, enquanto vestígios da cultura material e lugares que carregam significados, vivências pessoais e coletivas e experiências, se tornando necessária a sua preservação.

Nesse sentido, a partir das últimas décadas do séc. XX, as questões acerca do patrimônio e sua preservação na América Latina ganharam mais ênfase, ao passo que a própria noção de patrimônio foi se ampliando. No Brasil, tal ampliação se deu através do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que definiu patrimônio cultural segundo o contexto cultural brasileiro, permitindo a saída de uma

perspectiva reducionista pautada em sua maioria por episódios militares, grandes personagens, monumentos e construções, para abranger outros objetos e atores sociais. O patrimônio passou a ser definido a partir dos referenciais culturais dos grupos, proposta atualmente defendida pela Arqueologia Pública, passando a reconhecer construções menos privilegiadas e também as manifestações imateriais, como saberes tradicionais, ofícios, modos de fazer, celebrações, expressões e práticas culturais coletivas que são passadas de geração em geração (SILVA, 2016; FUNARI; PELEGRINI, 2009).

A discussão em torno da questão patrimonial não se encerrou com o reconhecimento de outras expressões; ela se faz ainda necessária, especialmente no contexto atual das cidades. Tal contexto possibilita múltiplas identificações e “As identidades coletivas encontram cada vez menos na cidade e em sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo. [...]” (CANCLINI, 1997, p. 288), isso porque temos um processo de globalização que traz inúmeras possibilidades e torna as relações de identificação mais fluidas e até contrastantes e as informações possuem outros meios de chegar ao receptor. Nesse sentido, os objetos de memória, que representam a história antiga da cidade, coexistem com outras possibilidades de identificação ocasionadas pela dinâmica da vida urbana e são alvo de diversos interesses econômicos e sociais, que podem acarretar até mesmo na perda do valor simbólico do patrimônio (BORTOLOZZI, 2008).

Dessa forma, praças, prédios antigos, monumentos históricos, etc. podem ser alvo de alterações em seus usos ou em suas estruturas físicas, dando lugar a novas formas que buscam atender determinadas demandas. No espaço da cidade, que comporta relações e interesses diversos, o patrimônio, representado nos monumentos históricos ou construções antigas, é uma das formas em que constantemente circulam interesses e especulações sobre seu uso e sobre o uso do espaço que ocupam dentro da cidade.

Diversas construções antigas, por exemplo, sofrem pelo envelhecimento físico e também social. Muitas estão em péssimo estado de conservação e caem no desuso e, conseqüentemente, são alvo de desvalorização. Nesse sentido, acabam por se tornarem formas que, na lógica capitalista, não contribuem para o desenvolvimento econômico e nem social da cidade, gerando uma especulação sobre sua utilidade e a possibilidade de que uma nova forma surja em seu lugar.

Nesse contexto, as antigas estruturas passam a existir em contraste com novos projetos advindos do processo de modernização dos espaços, e as novas possibilidades de identificação que surgem podem coexistir sem impasses ou entrar em conflito com as já existentes. Os projetos cada vez

mais intensos de modernização acarretam em mudanças na configuração do espaço e nos objetos nele situados, conduzindo a diferentes formas de uso para os bens culturais e diferentes significações para com estes.

O patrimônio passa a coexistir com outras formas de expressão que surgem nas cidades como grafites, cartazes e manifestações, fazendo parte de uma disputa por uma nova cultura visual. Os monumentos abertos à dinâmica da vida urbana, como as construções históricas, facilitam a interação da memória com a mudança, possibilitando novas formas de olhar e se apropriar dos objetos da cultura (CANCLINI, 1997) que às vezes destoam de seu sentido original. Dessa forma, o patrimônio material é (re)apropriado e (re)significado de acordo com as experiências do viver na cidade. As novas linguagens e expressões, que representam as principais forças atuantes na cidade, inserem o monumento na vida contemporânea, através das novas interpretações da memória que abarcam diferentes interesses.

Na Amazônia, assim como em outras regiões da América Latina, os contextos são bastante diferenciados. As cidades têm suas especificidades históricas e culturais que acarretam em relações diferenciadas para com os objetos culturais. Além disso, algumas cidades têm passado por um intenso processo de modernização, que tem produzido modificações no espaço urbano e influenciado direta ou indiretamente na preservação do patrimônio material. As novas possibilidades de identificação que vão surgindo na cidade, possibilitadas pelo processo de modernização, trazem também à tona conflitos entre o novo e o antigo que se refletem nos discursos e nas ações voltadas ao patrimônio.

O espaço urbano e o patrimônio cultural material: percepções de moradores de Tefé/AM acerca da questão patrimonial na cidade

A cidade de Tefé, localizada no interior do estado do Amazonas, médio rio Solimões, teve sua fundação enquanto município em 1759; sendo em seus primórdios habitada por povos indígenas e tendo, durante o processo de colonização, importante papel estratégico no Solimões. Devido ao processo de colonização a região recebeu, ao longo do tempo, grande atuação de missionários portugueses e espanhóis que difundiram a religião católica e erigiram edificações que hoje são expressões dessa atuação. Nesse sentido, a cidade possui construções que são consideradas de valor histórico e social para a população, possuindo relação direta com a questão religiosa e estando atreladas às memórias e identidade dos habitantes: Seminário São José, Igreja Matriz de Santa Tereza, Prédio da Rádio Educação Rural, Missão dos Espiritanos, Catedral da Saudade, que abriga em seu espaço um cemitério judeu,

prédio da Capitania dos Portos, Palácio Bertollethia Excelsa e Mercado Municipal. Além destas construções, os vestígios arqueológicos também são identificados pela população como patrimônio cultural da cidade e apontados como herança dos povos indígenas, figurando uma comprovação da ancestralidade indígena da população.

Os objetos são identificados em Tefé não apenas pelo seu caráter de antiguidade, mas também pela sua importância social, isto é, algumas construções são apontadas como patrimônio pelo papel social que desenvolveram ou ainda desenvolvem na cidade, um exemplo é o prédio em que funciona a Rádio Rural e o Seminário São José, onde ainda são desenvolvidas ações que são importantes para moradores da cidade (FERNANDO, 2018). Dessa forma, a concepção de patrimônio dos sujeitos se mostra, de certa forma, desvinculada da ideia de excepcionalidade, visto que reconhecem e se apropriam dos objetos mais pelo que eles representam do que pelo caráter de sua estrutura física.

Além da questão da ancestralidade, antiguidade e valor de uso, o patrimônio é apropriado por meio do discurso da preservação, muito presente nas narrativas dos moradores, que por vezes responsabilizam o poder público pela deterioração dos bens culturais e pela falta de incentivo à valorização e à preservação. Tem-se percebido que a falta de atenção ao patrimônio cultural tem acarretado na degradação desses bens, levando à especulações sobre o uso do espaço que ocupam e até sua destruição, como mostra o caso mais emblemático da cidade: a demolição de um antigo prédio, com valor histórico e social, onde funcionava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé (ALCAT), que fornecia cursos gratuitos para a população de baixa renda. Este prédio foi demolido para edificação de uma estrutura moderna que abriga atualmente um hotel e uma galeria com lojas e escritórios, com vistas a atender demandas econômicas.

Tal exemplo mostra que, ainda que o patrimônio tenha o caráter de testemunho, esteja vinculado às memórias e identidades dos sujeitos e tenha um papel na economia e desenvolvimento social através do turismo, não necessariamente haverá interesse pela continuidade de sua existência. Os contextos não são homogêneos, as cidades e os espaços têm suas especificidades que acarretam em relações, interesses e conflitos diferenciados com relação ao patrimônio.

No caso do município de Tefé, este tem passado por intensas transformações na sua paisagem, apresentando problemas decorrentes da ocupação desordenada do espaço como, por exemplo, ausência de políticas sustentáveis para o desenvolvimento da cidade e políticas em relação aos bens culturais. Nesse sentido, o crescimento e a modernização do espaço urbano em Tefé, não levando em conta as especificidades locais, tem figurado uma das

causas da deterioração do patrimônio cultural. Não se têm desenvolvido políticas de valorização e preservação do patrimônio pelo poder público local, e o turismo se processa de forma que as construções históricas limitam-se a objetos de consumo do mercado, desconectado de ações de educação patrimonial e visando apenas a exploração econômica dos objetos.

A ausência de políticas públicas voltadas para o patrimônio, tem influenciado na gradativa desvalorização e desconhecimento da história contada através dos vestígios materiais, principalmente pela população mais jovem de Tefé. O termo patrimônio cultural é geralmente associado pelos sujeitos às construções mais antigas encontradas no centro da cidade, desconsiderando outras formas de patrimônio material, como os vestígios arqueológicos, muitas vezes por desconhecerem a existência dos mesmos na cidade. O desinteresse do poder público ao longo do tempo levou à perda desses materiais, sendo difícil encontrá-los na área urbana da cidade, a não ser em casos de obras em terrenos.

O intenso processo de modernização do espaço pelo qual a cidade de Tefé vem passando ao longo dos últimos anos tem acarretado também em conflitos entre o antigo e o novo, que se manifestam através de discursos e ações relacionados ao patrimônio, especialmente às construções e edificações históricas. Nesse sentido, em decorrência das transformações no espaço, pode haver um esforço para a manutenção do patrimônio, utilizando-se, por exemplo, de discursos como o de preservação dos objetos antigos (FERNANDO, 2018; KNARK, 2007), ou movimentos em prol da destruição do que se considera velho, ultrapassado e desatualizado. Assim, os conflitos entre o novo e o antigo envolvem identificações, significados, interesses e relações entre os sujeitos e os objetos e que se exteriorizam em ações diretas ou indiretas sobre os mesmos.

No atual contexto de globalização, em que há quase sempre uma busca pelo novo, as políticas urbanas e o patrimônio cultural estão sujeitos à racionalidade econômica (BORTOLOZZI, 2008). Assim, as demandas da cidade, principalmente as demandas econômicas, têm influenciado diretamente o olhar da sociedade sobre a questão patrimonial. O descaso e desvalorização que cerca o patrimônio material, movido pela ideia de bem estático e ultrapassado, leva à especulação por diferentes frentes, que passam a ver as edificações como possíveis de “[...] ser demolidos e ceder lugar a construções mais modernas e com outra arquitetura, e quem sabe, mais úteis ao desenvolvimento da cidade” (CORREA, et al., 2016, p. 139). Assim,

No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar,

perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver (CANCLINI, 1997, p. 301).

São dinâmicas como estas existentes no espaço da cidade, e que comportam interesses variados – históricos, econômicos, de moradia, lazer, comunicação, entre outros –, que produzem alterações constantes na paisagem urbana e consequentemente nos objetos da cultura que nela se situam e nas relações estabelecidas para com estes.

Em Tefé, as dinâmicas existentes no espaço urbano tem afetado a preservação do patrimônio material e os agentes sociais desconhecem a atuação do poder público no sentido de preservar os bens culturais do município, afirmando que somente a Igreja tem feito algo para preservar as antigas construções a ela relacionadas, sem nenhuma parceria com Secretarias, seja de Cultura ou Turismo de Tefé. Em decorrência da invisibilidade de ações do poder público para o trato com o patrimônio, moradores da cidade acreditam que o primeiro não tem desenvolvido nenhuma ação nem de valorização e nem de preservação desse patrimônio, associando a isso o fato de os bens considerados por eles como patrimônio cultural da cidade estarem em condições de deterioração.

Nesse sentido, o interesse dos sujeitos em preservar o patrimônio cultural, acaba entrando em conflito com outros interesses, seja político, ideológico ou econômico. Dessa forma, apesar do desejo de preservação dos objetos da cultura, o que acontece é um desinteresse por parte do poder público. Não se nota nenhuma busca por conhecer melhor a parte histórica refletida nas construções ou materiais arqueológicos, nenhum trabalho de educação patrimonial que busque a valorização dos bens culturais ou incentivo a um turismo que integre os moradores e suas percepções sobre os bens culturais e contribua para o desenvolvimento econômico da cidade de forma sustentável.

Assim, compreender o patrimônio a partir das percepções dos próprios moradores é o primeiro passo para se pensar estratégias de ação que busquem a valorização e preservação patrimonial. Aliado a isso, o estudo da relação entre cidade e patrimônio é um importante caminho para entender a questão da modernização, preservação e os interesses que caracterizam os conflitos existentes quando se trata da questão cultural, visto que as ações sobre o patrimônio devem levar em consideração os diferentes interesses, conflitos, usos do espaço e da cultura material que se apresentam nas cidades:

[...] somente a investigação minuciosa sobre as origens históricas do patrimônio e suas características estéticas, bem como a observação atenta da densidade populacional e das tipologias urbanas da região

estudada, podem oferecer pistas precisas sobre os métodos adequados à sua recuperação (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 34).

Um olhar sobre o patrimônio, que não leve em consideração sua relação com a cidade, não é capaz de entender toda a complexidade que é a questão patrimonial. Os objetos da memória têm diferentes significados e comportam diferentes identificações, dependendo de quem interage com eles, portanto, são também objeto de interesses variados que buscam atender as diversas demandas existentes na cidade, sejam elas sociais, culturais, políticas ou econômicas.

Conclusão

Pensar a cidade e sua relação com o patrimônio material é um desafio que se mostra cada vez mais necessário e que deve ser encarado com a consciência de que os contextos não são homogêneos, mas possuem suas especificidades.

Os interesses e conflitos relacionados à questão urbana e patrimonial variam de acordo com a região que se investiga e com a trajetória histórico e social da mesma, que acarreta em relações diferenciadas de uso dos espaços e do patrimônio cultural material. Coexistindo com outras formas de expressão e de identificações possibilitadas pelo novo contexto das cidades, o patrimônio pode ganhar novos significados que tem sentido para os sujeitos que se (re)apropriam deste, levando ao surgimento de novos interesses e possivelmente novos conflitos pelo uso da cultura material.

Nesse novo contexto, o estudo da relação entre a cidade e o patrimônio se torna cada vez mais necessário, não somente para pensar a própria sociedade – visto que o olhar que esta tem sobre o patrimônio demonstra o olhar que possui de si própria –, como também para orientar as discussões e possibilitar caminhos para uma ação que pense não somente a preservação dos bens culturais, mas também o desenvolvimento sustentável das cidades. Dessa forma é possível que se abram caminhos que possibilitem o desenvolvimento de políticas efetivas de valorização e fruição do patrimônio cultural e que levem em consideração as especificidades locais.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. (org.) **Patrimônio cultural arqueológico: diálogos, reflexões e práticas**. São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2011.

BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. In: Coloquio Internacional de Geocrítica: Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales 1999-2008, 10. **Anais [...]**. Barcelona, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo. Ed. UNESP, 2011.

CORREA, Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORREA, Lobato, et al. Gestão para Conservação e Manutenção dos Patrimônios Culturais na comunidade da Missão em Tefé/Am. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia** do IFAM. Vol. 10 - Nº 2 – dezembro, 2016.

FERNANDO, Verônica Lima. **Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico**. Manaus: [s.n], 2018.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** São Paulo: Lamparina, 2014.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico: Passo Fundo, RS**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Passo Fundo, 2007.

MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. **O patrimônio cultural e a cidade: uma análise dos conflitos relacionados ao tombamento do centro antigo e do centro histórico de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2013.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

SILVA, L. W. **Preservação do patrimônio em Tefé – AM: diferentes visões e agentes**. Relatório apresentado ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé, 2016.